

**O BRINCAR COMO PRÁTICA DA LIBERDADE  
as crianças e suas dinâmicas de apropriação em espaços  
livres públicos no bairro do Turu e entorno, São Luís – MA**

SESSÃO TEMÁTICA: DIREITO À PAISAGEM  
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor 1: Beatriz Guimarães Gonçalves/Universidade Estadual do Maranhão/beatrizgonaalves@aluno.uema.br  
Autor 2: Débora Garreto Borges/Universidade Estadual do Maranhão/deboragarreto@professor.uema.br

**RESUMO**

O presente trabalho objetiva investigar as dinâmicas infantis na apropriação de espaços livres públicos no bairro do Turu e adjacências, na cidade de São Luís (MA). Com esse propósito, parte da conceituação do espaço livre público enquanto elemento formador da cidade, delineações sobre a percepção da infância e, em seguida, apresenta o mapeamento de aspectos morfológicos e particularidades comportamentais nas ruas e praças identificadas. Explorar a relação entre o espaço livre público, o ato de brincar e a cidadania infantil, a partir de uma localidade, possibilita difundir a voz de um segmento das múltiplas infâncias brasileiras. Lugares brincantes multifuncionais, lúdicos, públicos e livres, promovem cidades e habitantes mais saudáveis, todavia, constata-se que o potencial de espaços acolhedores da infância é atravessado por infraestruturas inadequadas e sensação de insegurança. Em outra perspectiva, depreende-se que as crianças perseveram em sua qualidade imaginativa e transformadora dos ambientes que experienciam.

**PALAVRAS-CHAVES:** ambiência urbana; espaço livre público; lazer; infância.

**ABSTRACT**

This study investigates the dynamics of appropriation exerted by children in open public spaces at the Turu neighborhood, in the city of São Luís (MA). For this purpose, it is based on the conceptualization of open public space as a crucial component of urban structure, considerations about infancy definition, and then, presents the mapping of morphological aspects and behavioral particularities at previously identified streets and squares. Exploring the relationship between open public space, the act of playing and child citizenship, from a local context, empowers the voice of a segment included in the diversified Brazilian childhoods. Multifunctional, playful, public and open spaces promote healthier cities and inhabitants. However, the research suggests that the potential of welcoming spaces for childhood is hampered by inadequate infrastructure and a feeling of insecurity. From another perspective, it reveals that children persevere in their imaginative and transformative quality of experiencing the environments.

**KEYWORDS:** urban environment; open public space; leisure; childhood.

**1 INTRODUÇÃO**

Os espaços livres públicos, nas dimensões física e simbólica, são indicadores de qualidade de vida nas cidades e desempenham diversas funções no cenário urbano, pois, além de possibilitarem atividades recreativas e momentos contemplativos, são palco para expressão cultural e política. A quantidade, disposição, uso e manutenção dessas áreas interferem na saúde da cidade e seus habitantes. Sendo caracterizados como locais construídos pela e para a coletividade, devem, portanto, propiciar o encontro da diversidade. É imprescindível que sejam democráticos, considerando a perspectiva infantil e atuando como meios de integração desse grupo com o ambiente urbano.

O ato de brincar impulsiona o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social das crianças e, quando realizado em áreas ao ar livre e espaços públicos, tem seus benefícios amplificados.



Entretanto, o medo da violência urbana, a privatização dos espaços e o uso cada vez maior de tecnologias digitais, fatores que se retroalimentam, resultam no isolamento infantil. Além disso, por ser associada a incompletude e passividade social, a criança é desconsiderada nas decisões da coletividade e no planejamento da cidade.

Investigar as dinâmicas infantis na apropriação de espaços livres públicos, objetivo condutor deste trabalho, contribui para a compreensão de como aspectos urbanísticos e arquitetônicos interferem na relação desenvolvida com a cidade. Para isso, é significativo compreender o conceito de espaço livre público e sua função na estruturação da cidade, identificar a relevância desses lugares para o desenvolvimento infante na ambiência urbana e analisar a infraestrutura dos espaços livres públicos existentes, bem como, os modos de uso desses locais pelas crianças.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em geral, os espaços públicos são lugares de posse ou uso público, acessíveis, de usufruto de todos gratuitamente e sem fins lucrativos (INU, 2013), que funcionam como estruturadores urbanos por propiciar o encontro e a troca. Podem ser criados com uma finalidade e, a partir da relação estabelecida pelos usuários, serem acrescidas outras funções e concepções sobre o espaço. Desse modo, se tornam locais de memórias individuais e coletivas, como também, parte integral e significativa da arquitetura e do território (INU, 2013) ao possibilitarem a interação social, a manifestação cultural e política, a contemplação, o lazer e conectarem os demais elementos componentes da cidade. Partindo desse entendimento, a conceituação do espaço público é fundamentada primordialmente em três esferas: jurídico-administrativa, caráter legal de demarcação de acesso a partir da diferenciação entre o público e o privado; formal-funcional, aspectos físicos e utilizações especificadas para esses espaços; simbólico-afetiva, significados e usos atribuídos ao lugar por acontecimentos coletivamente ou pessoalmente marcantes.

Arquitetos, urbanistas, paisagistas e outros estudiosos da temática se apropriam e dão ênfase às esferas que consideram mais relevantes na definição do espaço público. Alex (2011, p.19) evidencia a multiescalaridade e multidimensionalidade que esses espaços podem apresentar, segundo o autor, “o espaço público na cidade assume inúmeras formas e tamanhos, compreendendo desde uma calçada até a paisagem vista da janela”. Para Castro (2002, p.54), o espaço público é um produto do uso social e a noção de público não é característica inerente ao espaço, e sim, uma construção resultante da associação de diversos fatores, como uso, sentido, reconhecimento e acessibilidade.

O espaço livre público - a especificidade do espaço público aberto, ao ar livre, não edificado - é fundamental para a cidade e seus habitantes, principalmente diante do intenso adensamento populacional contemporâneo e, quando verdes, contribuem ainda mais para uma ambiência urbana saudável. A rua e a praça são espaços livres públicos de uso mais habitual, a primeira por ser o componente basal do traçado da cidade e a segunda pela sua vasta presença em escala de vizinhança. Em teoria são contrapontos, “se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio [...]” (Lamas, 2010, p. 102).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 estabelecidos pela ONU, reafirmam a importância dos espaços públicos ao pontuar a necessidade de “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” e “[...] proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. Apesar da relevância denotada, ocorre o encurtamento do tempo e a redução da frequência de uso dos espaços livres



públicos para a sociabilidade. Nesse cenário, deixam de ser lugares de encontro: do surgimento e cultivo de relações sociais, pois a cidade assume como novos critérios de desenvolvimento a separação e a especialização, ou seja, existem lugares específicos para pessoas específicas e usos específicos (Tonucci, 2009).

Com a divisão de funções sociais, a centralização espacial de determinados usos e a cisão entre moradia e trabalho (Meyer; Zimmermann, 2020) há a necessidade de realizar uma maior quantidade de deslocamentos por maiores distâncias, sendo alterados, portanto, os espaços prioritários dentro da cidade. A construção da malha urbana passa a ser embasada em um modelo de cidadão que atende aos critérios estabelecidos por um modo de vida imediatista e produtivo: um homem adulto que trabalha e que se locomove de carro, com isso, suprime as necessidades e direitos de quem não se encaixa em todos esses aspectos (Tonucci, 2009), como mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade” e, dentre outros tópicos, a definição de direito à liberdade compreende o ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, brincar, praticar esportes, divertir-se e participar da vida política. De acordo com Loeb e Lima (2021, p.152), “o brincar das crianças pode ser considerado uma forma de participação cotidiana entrelaçada no tecido cultural, social e físico da vida diária”, que não tem um objetivo final além de si mesmo, não possui processos fixos e ocorre como a imaginação permitir, já que é explorado o potencial contido em cada lugar para empreender a brincadeira. Em uma cidade monótona com atmosfera de insegurança, as crianças não podem viver algumas experiências essenciais para seu desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional, como: a aventura, a busca, a descoberta, o risco, a superação do obstáculo e, por consequência, a satisfação, a emoção (Tonucci, 2009).

Todos os habitantes da cidade desenvolvem mapas internos, a partir da vivência do lugar, (Meyer; Zimmermann, 2020) que estão associados aos sentidos aguçados nos caminhos realizados diariamente: elementos visuais específicos demarcam determinadas distâncias, aromas anunciam a proximidade do destino, sons indicam novidades e descobertas. Para as crianças, esses símbolos são de extrema importância, pois não se orientam espacialmente do mesmo modo que os adultos, e para o acontecimento da ambientação e experimentação lúdica é indispensável a disponibilidade de tempo com autonomia em espaços livres públicos. Entretanto, as dificuldades ambientais, reais ou hipotéticas, convenceram os adultos de que a cidade não permite à criança vivenciá-la sozinha, por isso o tempo ocioso passa a ser programado com atividades realizadas em locais privados fechados (Tonucci, 2009) e que dependem, na maioria das vezes, de dispositivos eletrônicos.

Em geral, o sentimento de infância é embasado em aspectos negativos e parte do pressuposto de que ser criança é o não ser adulto (Cohn, 2005), ou seja, é ser passiva na interação social e ambiental. A criança é percebida no lugar da ausência: aquela que não fala - do latim, *in-fans* -, que está na idade da não-razão, do não-trabalho e, com o processo de adultização, da não-infância (Sarmiento, 2005). As singularidades de cada território e corpo social, quando confrontadas, indicam a existência de múltiplas infâncias (Cohn, 2005), por exemplo, a vivência oriental *versus* ocidental, europeia *versus* latino-americana, rural *versus* urbana. Essas diferentes ideias do existir e habitar infante podem possuir pontos convergentes e contribuir para a compreensão de uma realidade local.

A cidade pode ser pensada em três dimensões, segundo Lamas (2010, p.73-74): setorial, urbana e territorial. A dimensão setorial é a menor unidade, que pode ser apreendida através da observação sem necessidade de percorrer longas distâncias, como é o caso da rua ou da praça.

A dimensão urbana se refere ao conjunto de elementos morfológicos que tornam necessário o movimento em vários percursos para percebê-lo em sua completude, como em um bairro, que é formado por ruas, praças, edifícios, casas, pontos comerciais, etc. A dimensão territorial é definida pela conexão das dimensões urbanas, ou seja, a articulação entre bairros que forma o macrosistema de vias, zonas centrais e periféricas, habitacionais e comerciais, etc. Durante a infância o raio de circulação e apropriação espacial se inicia em uma menor escala – seu quarto, sua casa, a casa de familiares e vizinhos -, cresce para a rua, a praça de bairro, a mercearia, depois se expande para a escola e o parque da cidade, por exemplo.

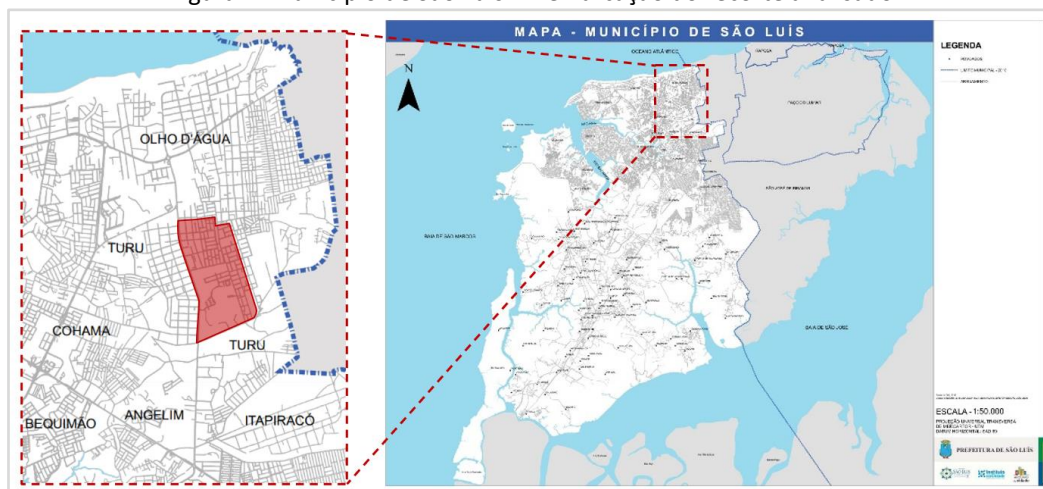
A criança é concebida na interação e o nascimento é um ato social. Ela vem ao mundo, mundo que é outro, e, inicialmente para ela, mundo do outro, onde ela será alguém no mundo e do mundo à medida que for recebida, acolhida, cuidada, protegida; à proporção que participa, afirmando-se perante o outro. No início, o outro é restrito aos seus cuidadores primários [...]; depois, vai se ampliando para a rua, os vizinhos, a comunidade, as instituições às quais a criança é levada [...], e chega ao amplo universo da cidade. (Loeb; Lima, 2021, p.28-29)

As crianças são compreendidas apenas enquanto indivíduos, mas não enquanto grupo social (Lima, 2013), assim, não são vistas como cidadãos ativos e têm uma participação insuficiente ou inexistente no pensar da cidade. Por serem regularmente suprimidas do planejamento urbano e, quando consideradas, o serem através do olhar do adulto, vivenciam espaços inadequados com possibilidades limitadas. Em vista disso, a lógica que detém as crianças no papel de receptoras das políticas educativas, culturais e territoriais pensadas pelos adultos deve ser reavaliada para, assim, haver o devido reconhecimento de sua atuação no estabelecimento de interações, entre si e com outros grupos etários, e na realização de transformações sociais (Sarmiento, 2005).

### 3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A investigação realizada consistiu fundamentalmente em um diagnóstico do recorte espacial delimitado - com cerca de 1,65 quilômetros quadrados de área e perímetro de aproximadamente 5,65 quilômetros -, que engloba os bairros Turu, Conjunto Habitacional Turu, Chácara Brasil e Jardim Atlântico (INCID, 2010), na cidade de São Luís (MA).

Figura 1: Município de São Luís – Demarcação do recorte analisado



Fonte: INCID, 2012, com sobreposições autorais, 2023.



O momento de pesquisa em campo foi iniciado com percursos livres de assimilação, de olhar compartilhado entre ruas e praças, prosseguidos por percursos dirigidos, de olhar alternado entre ruas e praças. Logo, a construção do conhecimento parte da proporção universal para a focalização nos microcosmos componentes. Embasado na observação preliminar, são elencadas cinco matrizes de sobreposição a área estudada:

- **Matriz de Hierarquia Viária:** categorização de vias para compreender a intensidade e conexão dos fluxos de veículos e seus impactos no uso do espaço público para brincadeiras.
- **Matriz de Uso e Ocupação do Solo:** identificação quantitativa dos usos existentes e o modo em que estão dispostos, como também, a relação da ausência/presença de usos específicos como atrativos ou dispersores da permanência;
- **Matriz de Gabarito das Edificações:** traçado do perfil paisagístico, a partir de uma representação planejada, para leitura da formação da escala humana no ambiente construído;
- **Matriz de Permeabilidade Visual das Fachadas:** percepção da influência da permeabilidade visual na sensação de segurança durante a brincadeira em espaços públicos.
- **Matriz de Cobertura da Iluminação Pública:** correlação entre a cobertura alta, média, baixa ou ausente da iluminação no espaço público e a sensação de segurança proporcionada como determinante de turnos mais propícios para o brincar.

De modo similar, o mapeamento nas praças, em diferentes turnos e dias da semana, progrediu de uma observação distante à investigação aproximada e, por fim, ao contato com as crianças. O aprofundamento da análise de duas praças inseridas na área de estudo, Praça do Poirão e Praça Irmã Gabriela Torselli, efetou-se a partir da construção das matrizes físicas e culturais **Permeabilidade do Solo e Tipologia da Vegetação, Áreas de Permanência, Dinâmicas de Uso e Função do Mobiliário para Brincadeiras.**

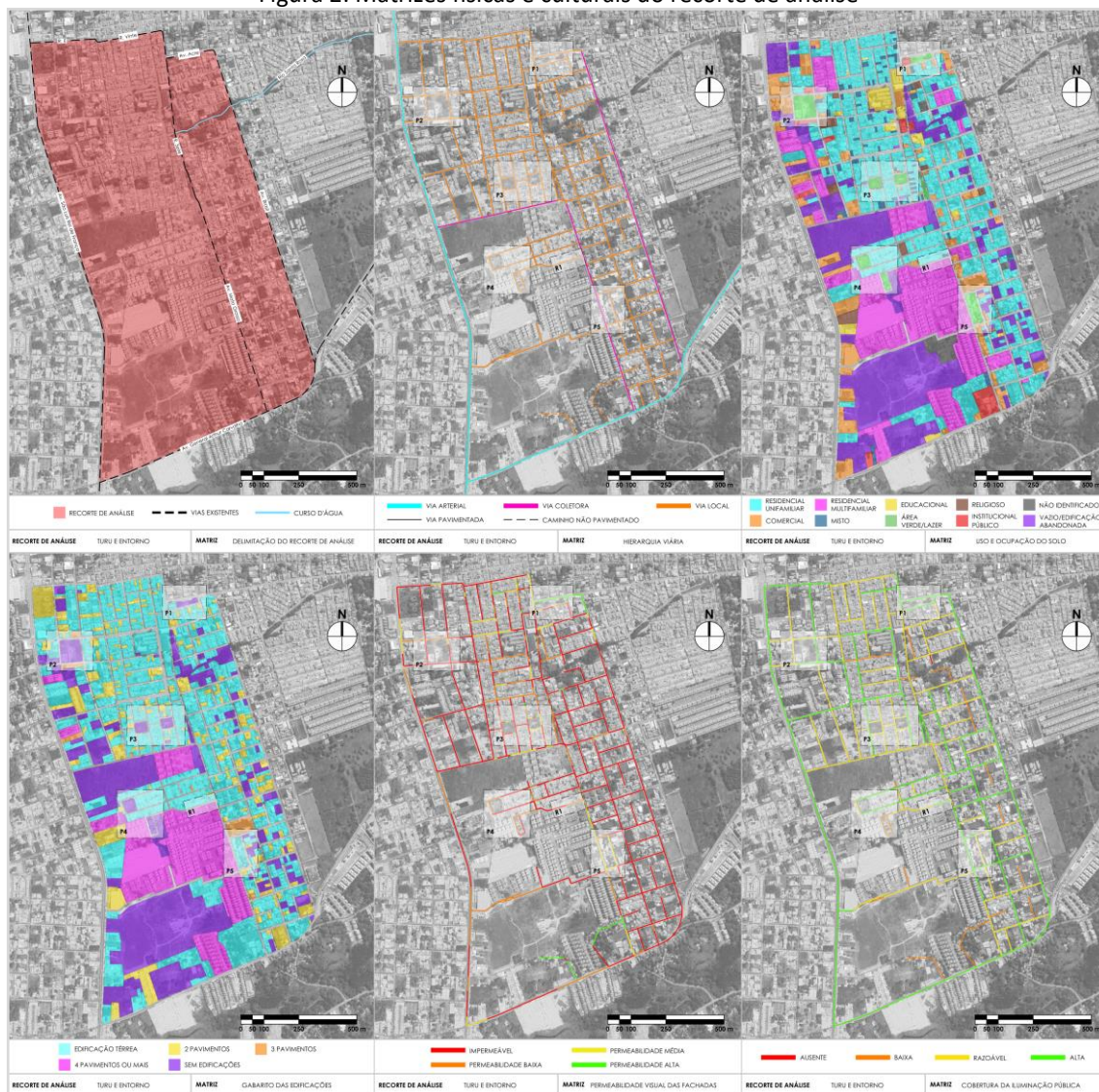
O estudo das relações infantis, sejam as estabelecidas entre si, com o outro ou com o espaço em que habitam, demanda responsabilidade na forma de abordagem. Por isso, a interação com as crianças foi traçada de modo a possuir ludicidade – para aguçar o interesse –, não requerer um longo período de tempo para elucidação e resposta – a fim de evitar a dispersão da atenção e efetuar as atividades direcionadas em sua completude –, não induzir o comportamento e, assim, garantir a fidedignidade das informações para interpretação assertiva. A comunicação inicial aos responsáveis pelas crianças no momento é essencial para identificação do interlocutor e abertura de caminho para conversa. Nos diálogos diretamente com as crianças houve a explanação da natureza e intenção do trabalho, com linguagem adequada para cada faixa etária. Após isso, a pergunta *“como você se sente quando está brincando?”* foi realizada oralmente, sucedida da execução de desenho à mão livre a partir da reflexão *“pense em um espaço para você estar livre e seguro brincando”* e explicação da ilustração durante ou após a produção. Como perspectiva inicial, foi adotada a Terceira Infância (dos seis aos doze anos incompletos), que permaneceu como principal grupo de análise, entretanto a exploração em campo apresentou também a possibilidade de breve contato com crianças da Primeira e Segunda Infância (até os seis anos de idade) para contribuição na expressão da voz das infâncias.

#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

A ocupação da região onde está localizado o bairro do Turu integra uma etapa de crescimento recente da cidade de São Luís, pois sua consolidação tem princípio na década de 1990 (Espírito

Santo, 2006). O traçado regular das vias, o formato replicado das quadras, a presença massiva de condomínios residenciais formais e a denominação “Conjunto Habitacional Turu” são características paisagísticas, utilitárias e toponímicas que associadas indicam um assentamento planejado.

Figura 2: Matrizes físicas e culturais do recorte de análise




Fonte: Imagem de satélite do Google Earth com sobreposições autorais, 2022.

As seguintes observações são obtidas como principais resultados da sobreposição das matrizes físicas e culturais:

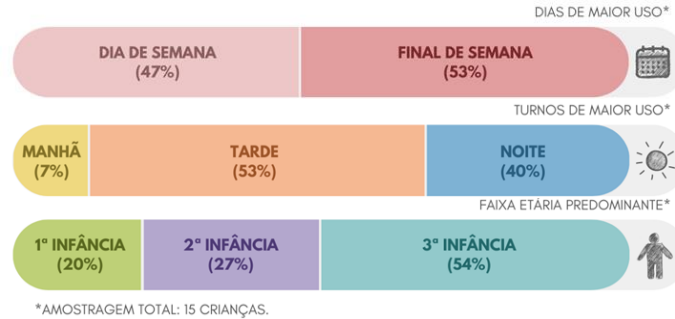
1. O sistema viário é constituído majoritariamente por vias locais<sup>1</sup>, tanto as pavimentadas quanto os poucos caminhos criados de modo instintivo, à medida da expansão ocupacional;
2. Existem onze vias sem saída, em sua maioria concentradas a sudoeste do recorte estudado;

<sup>1</sup> De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, via local é aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas.

- 
3. A indicação do uso e ocupação do solo acontece nas seguintes ordem e proporção:
    - a. Residencial unifamiliar (36%);
    - b. Vazio/edificação abandonada (25,2%);
    - c. Residencial multifamiliar (22%);
    - d. Comercial (8,9%);
    - e. Educacional (2,1%);
    - f. Área verde e/ou de lazer (2,1%);
    - g. Misto (1,8%);
    - h. Institucional público (1,7%);
    - i. Religioso (0,1%);
    - j. Não identificado (0,1%)
  4. A categoria “Institucional público” reúne órgãos e instalações governamentais, dispostos em menor número na área de estudo, como o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e a Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Pública (SAISP);
  5. Em apenas quatro situações não foi possível indicar a finalidade ocupacional do imóvel pela análise dos elementos de fachada, pela observação do comportamento cotidiano de moradores ou por informações de mapeamentos anteriores;
  6. Uma parcela da região estudada possui vazios urbanos de grande extensão, além de apresentar dois terrenos com construções interrompidas e abandonadas;
  7. O perfil da paisagem, a partir do gabarito das edificações, apresenta uma alternância entre construções térreas e acrescidas de mais um andar;
  8. A categorização da permeabilidade visual das fachadas, segundo a situação encontrada nos muros ou fachadas frontais em ambos lados, da via evidencia a notória a predominância da impermeabilidade. A preponderância de vedação total ou aberturas situadas acima da altura média dos olhos é seguida pela baixa permeabilidade visual das fachadas, que se aplica aos casos com alternativas de visualização diminutas ou fachadas impermeáveis confrontadas por edificações com algum grau de permeabilidade visual;
  9. O recorte é em sua maior parte coberto satisfatoriamente pela iluminação pública;
  10. Durante os percursos realizados, em diferentes dias da semana e horários, foi presenciado somente um episódio de brincadeira no espaço da rua. Duas crianças na Terceira Infância jogavam futebol em um dia de semana (terça-feira) no período noturno (às 19 horas) e a brincadeira acontecia de forma intermitente. Nomeada com Rua Valência, o local possuía como características: Ser uma via local, porém no momento havia um considerável fluxo de carros;
    - a. Contornada por edificações residenciais multifamiliares com quatro pavimentos, residenciais unifamiliares e de uso misto térreas;
    - b. Margeada por fachadas com pouca ou nenhuma permeabilidade visual;
    - c. Coberta de modo eficiente ou mediano pela iluminação pública.
  11. Para o mapeamento de uso e ocupação do solo, as áreas verdes e de lazer são tipificadas como ambientes abertos de qualidade pública, com cobertura vegetal e, em alguns casos, a viabilização da prática de atividades recreativas. Com essa função, são identificados oito espaços, sendo destes, e sete praças com ou sem infraestrutura e um canteiro divisor do tráfego de automóveis;
  12. Os principais atributos coincidentes nos espaços de praça são o contorno por vias locais ou coletoras, proximidade a residências unifamiliares, edificações de uso comercial ou misto, térreas ou de dois pavimentos, com pouca ou nenhuma permeabilidade visual nas fachadas e cobertas de modo mediano pela iluminação pública;

13. Apenas duas praças possuem infraestrutura (pavimentação e mobiliário), nomeação oficial e utilização pelas crianças para brincar: Praça do Poirão e Praça Irmã Gabriela Torselli.

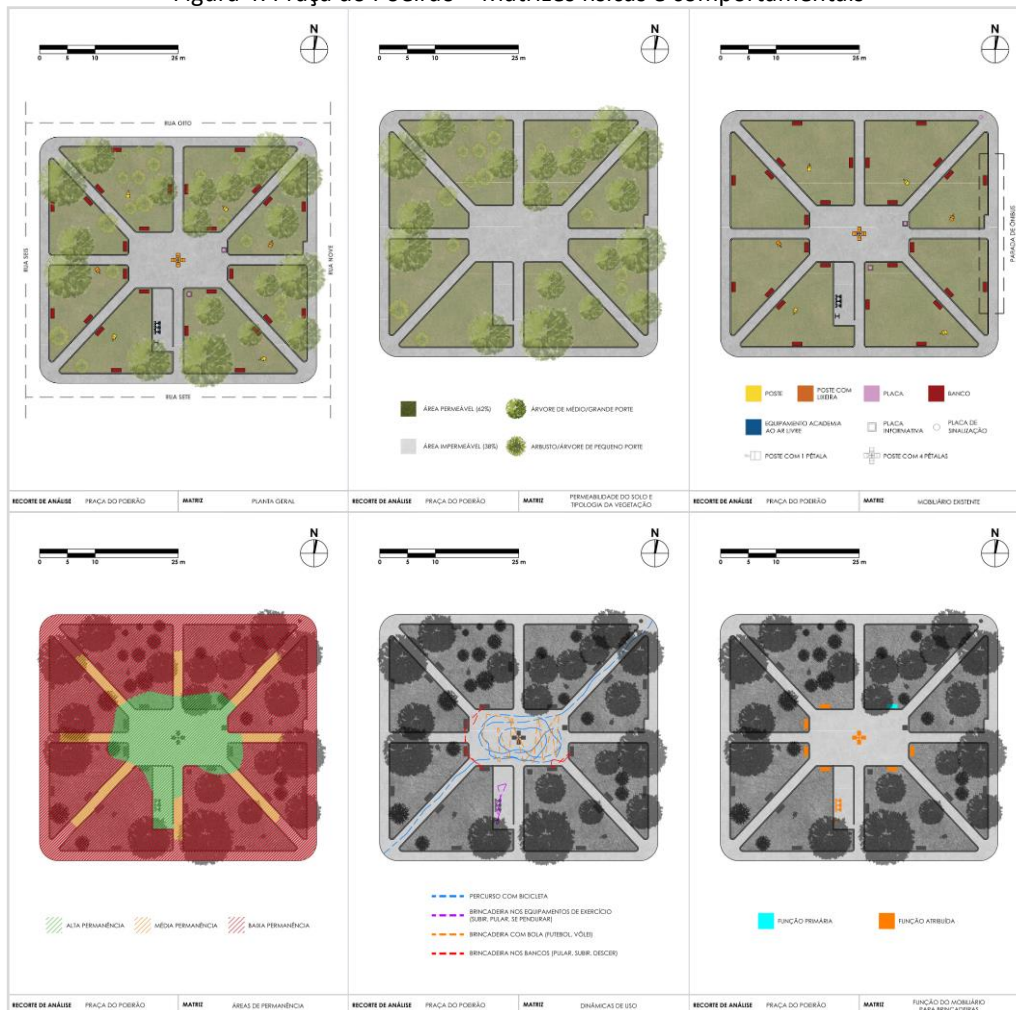
Figura 3: Infográfico do brincar na Praça do Poirão e na Praça Irmã Gabriela Torselli



Fonte: Autoral, 2022.

As visitas em campo viabilizaram a construção de matrizes de análise, além da leitura dos dias e turnos de maior uso, e faixa etária mais frequente.

Figura 4: Praça do Poirão – Matrizes físicas e comportamentais



Fonte: Autoral, 2022.





As seguintes observações sobre a Praça do Poeirão são obtidas como principais resultados da sobreposição das matrizes físicas e comportamentais:

1. Os caminhos de acesso direcionam para o centro e atribuem formato simétrico ao quadrilátero preenchido com superfície cimentícia e vegetal;
2. Com área totalizada em cerca de 2.000 m<sup>2</sup>, possui 62% de solo permeável, gramado e contida em canteiros com ampla arborização de diversas dimensões e espécies;
3. O mobiliário instalado soma vinte e seis bancos posicionados nas arestas de canteiros, quatro equipamentos de academia ao ar livre dispostos sobre plano cimentado, sete postes de capacidade lumínica mediana - dos quais três contêm lixeiras acopladas -, duas placas informativas e uma placa de sinalização octogonal vermelha indicativa de parada obrigatória;
4. Na praça não houve implantação de qualquer mobiliário voltado especificamente para o público infantil;
5. Há uma de parada de ônibus sem abrigo, de tráfego viário superior às adjacentes, mas ainda reduzido por ser categorizada enquanto via local;
6. A tendência das crianças é permanecer no espaço central e no local com aparelhos designados à prática de exercícios físicos, enquanto nos caminhos direcionais a permanência é menor;
7. Como dinâmicas de uso, são presenciados percursos com bicicleta pelos caminhos e centralidade da praça, utilização lúdica dos equipamentos de academia ao ar livre - para subir, pular e se pendurar -, brincadeira com bola - seja vôlei, futebol ou queimado - e utilização lúdica dos bancos, também para subir e pular, ou servirem como obstáculos;
8. É alterada a função do mobiliário para brincadeiras na academia ao ar livre, nos bancos e também no poste ao centro do espaço, que adquire o caráter de marco para brincadeiras que transcorrem à sua volta.

As seguintes observações sobre a Praça Irmã Gabriela Torselli são obtidas como principais resultados da sobreposição das matrizes físicas e comportamentais:

1. Sua conformação é assimétrica e longitudinal com grande parte da extensão designada para parada de ônibus;
2. Dois espaços murados e gradeados que demarcam a “área de exercício” e a “área de brincadeira”. O parquinho confinado não é pavimentado e possui solo arenoso;
3. Detém 2.100 m<sup>2</sup> de área estimada, e destes, 65% são cimentados e impermeáveis. O solo permeável existente é contido em canteiros gramados para plantio de árvores e arbustos;
4. Foram mapeados seis bancos instalados - agrupados em duplas -, quatro postes de iluminação, cinco equipamentos de academia ao ar livre, quatro brinquedos de parquinho, duas placas de sinalização para indicar a presença de ponto de ônibus e duas placas informativas;
5. As áreas de permanência infantil preferenciais são locais com sombra conferida pelas copas de grandes árvores e o parquinho, mas também permanecem medianamente no entorno imediato destes locais e no espaço de exercícios.
6. As regiões limítrofes são pouco utilizadas e, de modo similar, os espaços ausentes de vegetação e mobiliário;

7. As dinâmicas de uso percebidas foram brincadeira nas árvores – como se pendurar em galhos mais baixos e puxar ramificações pendentes -, percurso com bicicleta – em todas as situações encontradas havia a presença de adultos -, uso dos brinquedos de parquinho, brincadeiras de muita movimentação – corrida e pega-pega – e a utilização lúdica dos bancos, ao pular, subir e descer;
8. A utilização do parquinho enquadra-se na função primário de seu mobiliário, já os bancos exercem uma função atribuída pelas crianças para brincadeiras.

Figura 5: Praça Irmã Gabriela Torselli - Matrizes físicas e comportamentais



Fonte: Autoral, 2022.

As repostas das crianças quando perguntadas “Como você se sente quando está brincando?” são simples e diretas: “feliz”, “me sinto bem”, “me divertindo com os amigos”, em seguida, espontaneamente compartilham relatos sobre suas preferências “eu gosto de pular corda”, “tem amigos na minha rua e a gente brinca junto”, “eu sei andar de bicicleta sem rodinha”, “eu gosto de brincar de pega-pega”.

Figura 6: “Pense em um espaço para você estar livre e seguro brincando” –  
Ilustrações de Alice, Maria Cecília e Maria Eduarda



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

## 5 DISCUSSÃO

O primeiro passo para exercer a cidadania é sentir-se pertencente ao lugar. Além dos fatores educacionais e familiares, como a cidade se apresenta às crianças impacta na construção de relações significativas e respeitadas com o ambiente e com outras pessoas. A gradativa desapropriação dos espaços livres públicos na região do Turu é evidente diante da interpretação quantitativa e qualitativa das formas infantis de explorar e brincar. Por um lado, a baixa intensidade e velocidade permitida na movimentação de automóveis, bem como, as ruas sem saída existentes, de utilização recorrente apenas por moradores, indicam o potencial de empreender brincadeiras sem oferecer risco em alto grau às crianças. Por outro lado, a escassez de pontos conectores viários na região sudoeste amplia o volume das correntes de deslocamento e sobrecarrega as vias existentes. O desequilíbrio no tráfego viário, a priorização do automóvel e a ausência de comunicação visual com residências, comércios, instituições, entre outras tipologias de edificação corroboram a perpetuação do “lado de fora” inseguro no imaginário social.

“O direito de brincar não se resume a indicar os espaços para tanto, mas que eles sejam uma parte importante do mosaico da vida das crianças e uma área na qual as suas vozes devem ser ouvidas” (Loeb; Lima, 2011, p.165), e muito têm a expressar os pensamentos infantis que arquitetam cidades brincantes. Ao retratar o ato de brincar com liberdade e segurança, as crianças apresentam espaços abertos, sejam eles a praça, a rua ou a área de lazer do condomínio em que moram. É habitual a presença de elementos naturais, como o céu com sol e nuvens, além de vegetação (forração, arbustiva ou arbórea), integrando o espaço ou conferindo perspectiva ao horizonte. Figuras humanas compõem os desenhos: o autorretrato, comumente acrescido de um grupo de amigos, porém sem a representação de adultos; reforçando a importância desse momento para a socialização infantil.

A individualidade da percepção é evidente nas ilustrações realizadas por um grupo de três crianças, de mesmo gênero e idade, que brincam juntas com recorrência. Alice, Maria Cecília e Maria Eduarda, com seis anos de idade, desenharam a quadra da área de lazer do condomínio onde costumam se encontrar. As dinâmicas descritas e ilustradas apresentam brincadeiras individuais e coletivas que dispensam mobiliário fixo, ao contrário, são viabilizadas pelo uso de itens soltos, pela consciência do próprio corpo ocupando o espaço e pelo despertar da imaginação.

De modo complementar, conclui-se que as crianças preferem espaços naturalizados ou com certa cobertura vegetal - principalmente se proporcionarem sombreamento -, mobiliários de brincar específicos desencorajam a personalidade criativa infantil, enquanto, mobiliários livres de fórmulas reguladoras das brincadeiras despertam a inventividade e elementos simples



adquirem funções de extraordinária relevância recreativa. A existência de infraestrutura básica estimula a aproximação e apreço aos espaços livres públicos, porém não são necessárias intervenções extensas. Em resumo, lugares brincantes são regidos pela multifuncionalidade, ludicidade e liberdade.

A lógica dos espaços livres públicos e suas potencialidades latentes impreterivelmente perpassa repensar a política urbana de mobilidade e diversificação dos meios de transporte; optar por conformações espaciais naturalizadas com margem para, paradoxalmente, uma imprecisão planejada em sua ocupação, visando o prolongamento de vida útil e promoção da adaptabilidade, em substituição a replicação de mobiliário com demanda excessiva de manutenção e funcionalidade específica. Em paralelo, contemplar as diferenças sociais e culturais particulares de cada localidade, ponderando o engajamento comunitário como meio de evitar o abandono dos espaços públicos. Ao pensar o urbano e instigar o fortalecer de políticas públicas de escuta, não apenas considerar a existência da criança, mas o modo em que o experienciam e transformam. Principalmente, compreender que a infância não deve se conter a locais específicos, mas alastrar-se por todo o território.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A investigação das dinâmicas das crianças na apropriação de espaços livres públicos, proposta do presente trabalho, entremeia a compreensão do conceito de espaço livre público e sua função na estruturação da cidade, a identificação da relevância desses lugares para o desenvolvimento infantil na ambiência urbana, a análise da infraestrutura dos espaços livres públicos existentes no recorte estudado, que engloba parcialmente os bairros Turu, Conjunto Habitacional Turu, Chácara Brasil e Jardim Atlântico, na cidade de São Luís (MA) e os modos de uso desses locais pelas crianças. O método de pesquisa partiu da dedicação ao conhecimento teórico e avançou para a aproximação do objeto de estudo, através da atuação em campo. A percepção durante o *caminhar e parar*, aguçando todos os sentidos, mapeamento de aspectos morfológicos e culturais, tanto nas ruas quanto nas praças, e conversa com as crianças acolhem imagens, descobertas e narrativas do território que podem ser expandidas e entrelaçadas a outras experiências das múltiplas infâncias e paisagens existentes. O escopo de leitura paisagística adotado tem viável aplicação em outros espaços urbanos, de distintos contextos e escalas, como embasamento de estratégias participativas, novas proposição projetuais e valorização da cidade enquanto ambiente de aprendizagem. Posto isto, oportuniza reiterar a realidade excludente das cidades contemporâneas para explorar o fazer diferente, ao exemplo de cidades como Friburgo (Alemanha) e Rosário (Argentina), que se demonstram sensíveis à materialidade, temporalidade e curiosidade das crianças, estimuladoras da autonomia e propiciadoras do explorar e brincar com segurança.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Estadual do Maranhão e todo o corpo docente, em específico, à professora Nádia Freitas Rodrigues, coordenadora e orientadora do projeto de extensão “Os espaços públicos de São Luís e as ambiências urbanas para as crianças e adolescentes” que inspirou um olhar atento à experiência infantil na cidade. Gratidão também às crianças que participaram da pesquisa realizada em campo por compartilhar suas vivências.



## REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9503.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm). Acesso em: 28 nov. 2022.

CASTRO, Alexandra. **Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade**: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. Revista Cidades - Comunidades e Territórios, n. 5, p. 53-67, dez. 2002. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct>. Acesso em: 22 abr. 2022.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). **São Luís**: Uma leitura da cidade. São Luís: INCID - Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.

INCID - Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. **Mapa de arruamento e bairros de São Luís**. São Luís: 2010.

INCID - Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. **Mapa do Município de São Luís**. São Luís: 2012.

INU - Istituto Nazionale di Urbanistica. **Charter of Public Space**. II Biennial of Public Space. Roma: 2013. Acesso em: 15 jun. 2022.

LAMAS, José. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LIMA, Mayumi. **A criança e a percepção do espaço**. Cadernos de Pesquisa, p. 72-80. [São Paulo]: Fundação Carlos Chagas, 2013.

LOEB, Rodrigo; LIMA, Ana Gabriela (org.). **Cidade, gênero e infância**. São Paulo: Romano Guerra Ed., 2021.

MEYER, Bernhard; ZIMMERMANN, Stefanie. **Cidades para brincar e sentar**: uma mudança de perspectiva para o espaço público. São Paulo: Instituto Alana, 2020. E-book. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [Rio de Janeiro]: UNIC Rio, 2015.



SARMENTO, Manuel. **Crianças**: educação, culturas e cidadania activa. Revista Perspectiva, v. 23, n. 1, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>. Acesso em: 02 set. 2022.

TONUCCI, Francesco. **Ciudades a escala humana**: la ciudad de los niños. Revista de Educación, Espanha, n. extraordinário 2009, p. 147-168, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://www.educacionyfp.gob.es/revista-de-educacion/inicio.html>. Acesso em: 24 abr. 2022.